



9

YARA DULCE BANDEIRA DE ATAIDE é professora titular da Universidade Católica de Salvador e professora adjunta da Universidade Federal da Bahia.

As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro

A população de Canudos parece conter todo o caldeamento comum aos habitantes da região sertaneja. Através dos dados demográficos da região, apresentados pelos censos de 1872 e 1890, foram encontrados fundamentos que permitem elucidar, de forma quantitativa e analítica, algumas questões específicas sobre sua demografia.

Foram escolhidos estes dois censos porque o primeiro ocorreu próximo ao início da atuação do Conselheiro no estado da Bahia, e o segundo, no início da década de 90, período crucial para a formação do arraial de Canudos, ocorrida três anos depois.

Devido à escassez de fontes sobre o local e a época, foi necessária a realização de uma extensa pesquisa, orientada no sentido de reunir os dados dispersos colhidos em fontes primárias esparsas e associá-los às especificidades da formação do arraial e da história regional. Seu objetivo foi contribuir para o esclareci-

mento da origem da população e dos grupos étnicos que estiveram presentes na formação da Canudos Conselheirista, também chamada de “Império de Belo Monte”.

Na formação populacional da “cidadela de Belo Monte” devem ser considerados dois períodos migratórios que tiveram características diferentes. O primeiro refere-se à fase inicial de peregrinação do Conselheiro, quando o séquito primitivo foi organizado e dele surgiram os primeiros habitantes, fundadores do arraial, no seu período conselheirista (1893-97). O primeiro período iniciou-se em 1873, quando o Conselheiro começou a ser conhecido. Em 1874 circulavam notícias de sua passagem por Sergipe, aliciando adeptos. Depois ele foi a Itapicuru e prosseguiu na sua jornada até 1893, quando, após confrontos com a polícia em Masseté, a 29 de maio, ele resolveu fixar-se em Canudos. O séquito, enquanto itinerante, era formado por um pequeno número de adeptos e fiéis, que acompanhava permanentemente o Conselheiro, e por um grande grupo que só transitoriamente se reunia em torno dele, e o acompanhava apenas em cada localidade que ele visitava, mas não o seguia em suas peregrinações a outros locais.

Afirma Euclides da Cunha que até o confronto de Masseté o grupo que acompanhava Antônio Vicente “não excedia duzentos homens”. Considerando, também, mulheres e crianças, esse grupo devia chegar, aproximadamente, a mil pessoas. Também o manuscrito do Arquivo Público do Estado da Bahia que descreveu o incidente com o negociante Miguel de Aguiar Mattos, do arraial do Bom Jesus, afirma que estava sob as ordens do Conselheiro “uma armada de mais de cento e cinquenta homens”.

Esse período de pregação nômade nos municípios do nordeste e região litoral norte da Bahia permitiu que o peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel mantivesse, em torno de si, um grupo de insatisfeitos, perseguidos e marginalizados em suas regiões de origem, que se dispuseram a segui-lo. Etnicamente esse grupo teria sua origem entre os mestiços que compunham as classes subalternas - trabalhadores rurais, vaqueiros, pequenos proprietários sem perspectivas - que estariam dispostos a seguir Antônio Vicente.

Os índios “puros” e caboclos descendentes de antigos aldeamentos formavam um grupo marginalizado passível de sofrer a influência do Conselheiro. Há indícios da

presença em Canudos de rodeieiros e outros indígenas procedentes de áreas próximas.

Na segunda metade do século XIX, as leis abolicionistas, o 13 de maio, e as fugas de escravos tinham concorrido para formar grupos de negros e pardos migrantes, desligados das comunidades locais e sem perspectivas de melhoria de vida. Esses migrantes constituíam outro contingente numeroso de adeptos do Conselheiro.

Referindo-se ao papel do negro na história de Canudos, José Calasans afirmou que “Canudos foi o último quilombo”. Baseou essa afirmativa em pronunciamentos de Antônio Conselheiro francamente favoráveis à abolição e em muitas outras evidências, tais como a alta incidência de negros no séquito do Conselheiro e, posteriormente, em Canudos.

No Brasil, a etnia e o nível cultural, desde os primórdios da colonização, asseguraram às minorias brancas o controle das posições de mando e o monopólio da propriedade da terra. Esse grupo, em virtude destas razões, não tinha motivação para seguir o Conselheiro.

Afirma Antônio Conselheiro em seu manuscrito de 12/01/1897:

“(…) Dona Isabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do céu; porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado; o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano(…)”.

Dentre outras citações Calasans refere que:

“(…) durante a visita do Conselheiro ao lugarejo Saco dos Cavalos, depois Altamira, no Conde, onde durante o dia não havia quase ninguém, à noite começavam a chegar os escravos e às 8 horas mais de duas mil pessoas enchiam a praça”.

O grande contingente conselheirista certamente era representado pela massa populacional de mestiços e negros, quase sempre sem terra, e que eram vagamente denominados, pelo censo e demais documentos da época, de pretos, pardos, caboclos, mestiços, cabras, etc. Devido às evidentes dificuldades decorrentes do nomadismo do grupo conselheirista, na pri-

meira fase, ele não era numeroso. Representava o grupo pioneiro que ia constituir-se na célula geradora da comunidade de Belo Monte, ao lado dos seus primitivos moradores.

O povoado de Canudos, existente antes da chegada do Conselheiro, ocupava uma área que devia pertencer ao encapelado de S. Antônio porque seu povoamento e ampliação posterior jamais geraram questões com os fazendeiros da região. Mesmo quando deixou de ser um pequeno arraial de cerca de 250 pessoas e passou a abrigar mais de vinte mil habitantes, tornou-se uma questão regional e nacional por outros motivos que não a ocupação de terras particulares.

Por outro lado, era costume dos potentes da época construir capelas e igrejas e doar alguns quilômetros quadrados das terras circunvizinhas ao santo padroeiro da igreja.

“O lugarejo era um local dos sertões baianos, como inúmeros outros, aliás, que apresentavam condições favoráveis ao desenvolvimento de um ponto de reação ao poder constituído” (Calasans, 1987, p. 49).

A partir de 1893, com a instalação do grupo conselheirista em Canudos, esta transformou-se no arraial de Belo Monte, adquirindo características especiais. Sua dimensão espacial ampliou-se e a população cresceu muito, tornando-se um pólo catalisador de migração e romaria regional.

Devido à nova organização social vigente, Belo Monte passou a ser considerado como núcleo de povoamento e resistência popular sob a proteção messiânica do Conselheiro. Propagava-se o mito de que Canudos era a “terra da promessa”, onde “corria leite e mel e os barrancos do rio eram de cuscus” (Marciano, 1899, p. 4).

Estudos(*) da planta de Siqueira de Menezes, de croquis feitos por Euclides da Cunha, e a interpretação e comparação dos mesmos com as atuais fotografias aéreas da região permitiram calcular que a área ocupada pela Canudos conselheirista era aproximadamente de 52,81 hectares. A maioria de suas habitações era constituída de casas que não ultrapassavam 40 m², com exceção das igrejas, dos armazéns e das chamadas “casas de telha”, que ficavam na praça central e possuíam uma estrutura maior e melhor que a das casas populares.

A população de Belo Monte foi calcula-

da em 1895 entre 5.000 e 8.000 habitantes, segundo testemunhos de Honório Vilanova e frei João Evangelista. No *Memorial de Vilanova*, Honório dá o seguinte depoimento:

“Um dia, o Peregrino disse: quando Jesus Nosso Senhor andou pela terra foi acompanhado de cinco mil pessoas. No meio delas havia mais gente detestada do que boa. Ao lado do Bom Jesus já tem o mesmo número de pessoas” (Macedo, 1983, p. 70).

Tomando-se como base estes registros é possível inferir que este depoimento deve referir-se ao mesmo período do testemunho de frei João Evangelista, ou seja, 1895, e parece representar a população média de Canudos em época normal, fora das romarias periódicas por ocasião das festas religiosas e épocas dos “conselhos” (*Tabela III*).

A apreciação dos antecedentes demográficos e históricos das comarcas e municípios visitados pelo Peregrino autoriza algumas combinações de dados capazes de sugerir um perfil das migrações que permitiram um permanente fluxo populacional a Belo Monte.

Na geografia conselheirista, os termos municipais mais significativos eram: Inhambupe, Entre Rios e Alagoinhas, pertencentes à Comarca de Inhambupe; Itapicuru, Soure e Pombal, da Comarca de Itapicuru; Tucano e Monte Santo, da Comarca de Monte Santo; Geremoabo e Bom Conselho, que são da Comarca de Geremoabo e Conde; e Abadia, da Comarca de Conde. As outras províncias, depois estados do Nordeste, também alimentaram o fluxo migratório para Canudos. Dentre esses estados destacavam-se o Ceará e Sergipe (*Tabela II*).

A *Tabela I* apresenta um quadro sintético que poderá levar a algumas conclusões. Em números globais a população livre dos 10 municípios em 1872 chegava a 133.161 habitantes e a escrava a 16.038; a população escrava era sensivelmente menor que a livre, variando de 3,96% em Geremoabo a 23,74% em Entre Rios.

A população livre estava etnicamente dividida em branca, parda e preta. O contingente branco, porém, era minoria, correspondendo a um percentual que variava de 9,51% em Monte Santo a 38,28% em Soure. Considerando-se que a propriedade da terra esteve sempre ligada, quase

* Estes estudos foram realizados pelo agrimensor do Centro de Estudos Euclides da Cunha- Uneb, Luiz Carlos Lopes, a nosso pedido.



exclusivamente, aos brancos, é válido pensar que todo contingente de escravos libertos pelo 13 de maio - pardos, pretos livres e sem terra - estaria potencialmente predisposto a seguir o Conselheiro e fixar-se em Canudos. Diversos testemunhos, inclusive do Barão de Geremoabo, confirmam este juízo ao afirmarem que a mão-de-obra das fazendas e mesmo alguns pequenos proprietários deslocaram-se em massa para Canudos.

A partir de 1888, com o advento da abolição, o total geral da população subiu para 149.199 pessoas, mas esse fato não trouxe mudanças nas condições socioeconômicas dos grupos. Os ex-escravos continuavam discriminados e excluídos dos benefícios sociais, principalmente da posse da terra. Os privilégios mantinham-se associados à oligarquia branca, que representava em média 22,88% da população. O restante, 77,11%, correspondia à grande massa de pardos e pretos, que eram em número de 79.418 e 35.636 (equivalentes a um percentual de 53,22% e 23,88% respectivamente). Potencialmente, toda esta população marginalizada teria motivos para fixar-se em Canudos.

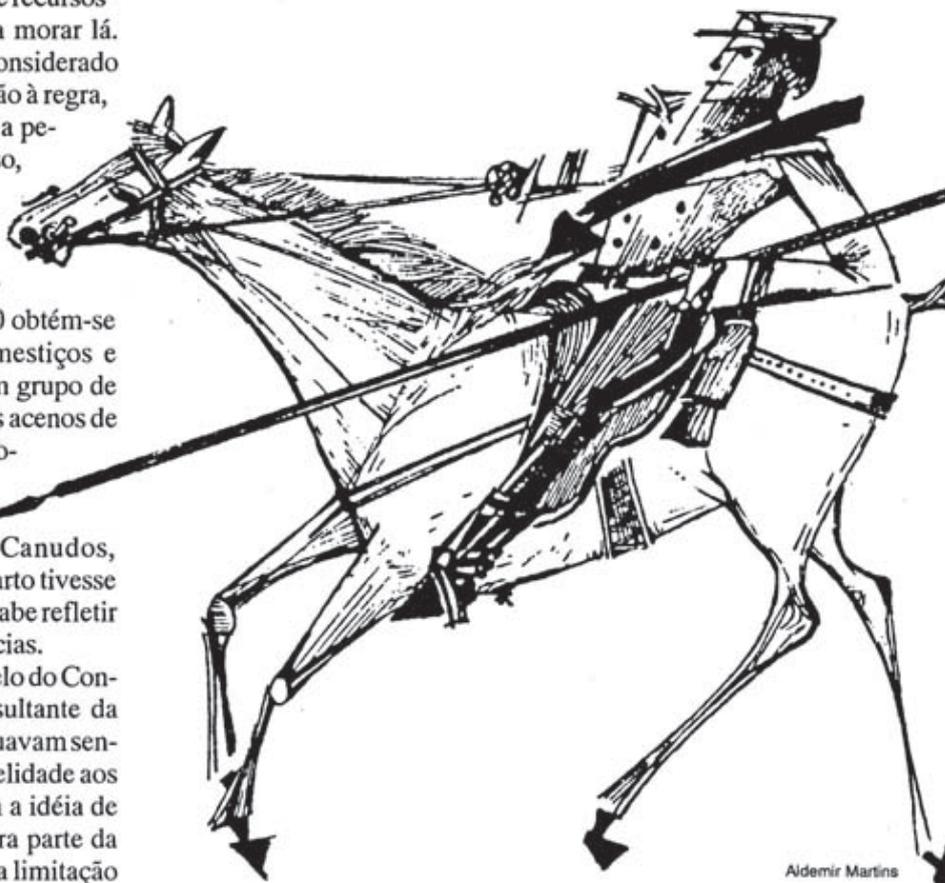
Diversos autores e testemunhos da época afirmaram que havia em Canudos pessoas “de boa família” e “famílias de recursos” que se desfizeram de tudo para morar lá. Entretanto, isso não deve ser considerado regra geral mas, sim, uma exceção à regra, ou, no máximo, deve referir-se a pequenos proprietários, sem acesso, porém, aos privilégios da elite.

Considerando-se toda a população da área visitada pelo Conselheiro e tomando-se por base os dados do censo de 1890 obtém-se os seguintes totais: 115.581 mestiços e 38.489 pretos, que perfazem um grupo de 154.070 habitantes sensíveis aos acenos de quaisquer melhorias sociais. Tomando-se como hipótese que este total estaria predisposto a ir para Canudos, mas admitindo-se que só um quarto tivesse realmente se deslocado para lá, cabe refletir sobre as causas dessas desistências.

Muitos não atenderam ao apelo do Conselheiro devido à alienação resultante da opressão e dependência. Continuavam sentindo-se ligados por laços de fidelidade aos antigos patrões e não aceitavam a idéia de migrar para Canudos. Uma outra parte da população, em função da própria limitação

do seu horizonte geográfico e pela insegurança para definir o próprio caminho, deixou de migrar por medo e insegurança. O outro contingente provavelmente iniciou a migração, mas desistiu no meio do caminho. Ainda assim, chegar-se-á a uma quarta parte desse total que representa 38.517 pessoas. Teriam essas pessoas ido para Canudos? Provavelmente, porque essa hipótese é matematicamente possível e historicamente consistente.

O levantamento feito pelo Exército informou que existiam em Canudos, na época da destruição, cinco mil e duzentas casas. Este dado concreto permite projetar que, se houvesse uma família de cinco pessoas em cada cabana, haveria uma população total de 26.000 pessoas no arraial. Outros indícios, contudo, contradizem esses dados. Favilla Nunes reproduz em seu opúsculo “Guerra de Canudos - Narrativa Histórica” uma carta de certo morador do arraial na qual afirma: “venha para comprar 3 casas minhas que estou a sua espera...”. Isso denota claramente que havia em Canudos o comércio de casas, e, portanto, deveria haver um certo número de casas disponíveis para serem vendidas, alugadas ou cedidas a retirantes ou pessoas que permaneciam na localidade por certo tempo.



Considerando-se, também, a ocorrência de romarias periódicas, seria lógico que existissem casas vazias para alojamento dosromeiros ou moradores eventuais, como padre Sabino, que só periodicamente ocupava a sua casa paroquial.

É lógico inferir que existiam casas vazias, e que elas poderiam, também, ter um caráter defensivo, estratégico e mascarador da realidade, como admitem alguns historiadores. Contudo, na melhor das hipóteses, essas casas não poderiam ultrapassar a média de 10 ou 20% do total de casas construídas.

A curta trajetória da comunidade de Belo Monte evidencia um intenso crescimento populacional durante os quatro primeiros anos (*Tabela III*). No quinto ano, a guerra modificou um pouco a composição da população, talvez afastando os mais pacatos e desiludidos, bem como os temerosos das convulsões sociais. Mas, em compensação, trouxe um grande número de novos adeptos, decididos e dispostos a defender até o fim a sua cidadela santa e o seu “Messias”.

Do levantamento feito nos relatórios de sobreviventes da guerra, bem como na bibliografia especializada, foram anotadas todas as pessoas citadas ou biografadas que viveram em Canudos, tabulando sua origem e sua etnia. Após o levantamento desse contingente, chegou-se a conclusões bastante interessantes. Embora nem sempre tenha sido possível definir a etnia e a origem de todo o grupo, vale ressaltar os dados apresentados na *Tabela IV*.

Neste quadro foram encontradas 363 pessoas procedentes de 32 locais, sendo que três corresponderam aos estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe. Este último, ao que consta, com o número de 18 pessoas, correspondendo a 4,95%. Todo o grupo cearense era composto por elementos brancos e pelo Conselheiro, considerado por alguns pesquisadores como “moreno acaboclado”.

As outras 29 localidades correspondiam aos municípios, freguesias e localidades rurais ou fazendas da Bahia. Grande número de pessoas estava sem registro de sua origem, num total de 125, ou seja, 35,43%. O município que apresentou maior significação em termos numéricos foi Tucano, de onde vieram 35 pessoas num percentual de 9,64%, havendo o predomínio do tipo étnico branco. Na *Tabela I*, que retrata os dados da população do mesmo município, encontra-se, também, uma percentagem relativamente alta de brancos, 32,89%. Embora os

demais tipos étnicos somados constituam a maioria, há, contudo, coerência entre os dois dados.

Soure ou Natuba representou o segundo celeiro de conselheiristas, com 30 pessoas representadas e um percentual de 8,26%. Em Natuba havia um quadro diferente do anterior. Embora 23 dos analisados não tivessem etnia definida, dos migrantes com etnia declarada vinham, em primeiro lugar, os caboclos e, em segundo, os brancos e mulatos.

O município de Itapicuru ocupou o terceiro lugar em contingente populacional deslocado para Canudos. Foram relacionadas 29 pessoas (7,98%). Os relacionados ou tinham etnia desconhecida ou pertenciam ao grupo miscigenado, composto por “escuros” e “caboclos” respectivamente, o que realmente parece refletir uma realidade confirmada pelo *Quadro I*.

Infelizmente, parte dos dados usados no conjunto é proveniente do levantamento dos sobreviventes apresentados nos relatórios do comitê patriótico do Dr. Américo Barreira e nos dados biográficos dos moradores que tiveram papel significativo em Belo Monte e foram citados pelos diversos autores; contudo, muitos deles não traziam os dados referentes à origem e etnia. Devido a isso, cerca de dois terços dos dados referentes aos personagens citados ficaram prejudicados quanto a esses esclarecimentos. Entretanto, nos casos em que foi possível obter um registro completo de informações, encontrou-se uma estreita correlação entre esses números e os números totais emitidos pelo censo.

Analisando-se os percentuais gerais dos tipos étnicos citados na *Tabela I-A* (censo de 1890), verificou-se um maior percentual de mestiços (52,62%) e brancos (23,85%) situando-se em seguida os pretos (17,52%). Considerando-se, porém, isoladamente, só brancos e negros e reunindo-se os caboclos ao grupo miscigenado ou mestiço, obtém-se, então, a maioria, ou seja, 58,61%. Se compararmos esses índices à *Tabela IV* verifica-se que, dos grupos nos quais foi possível precisar a etnia, o grupo preto equivale a 4,95%, os brancos somam 15,15%, e se forem reunidos todos os miscigenados sob a denominação de mestiços, ter-se-á 19,54%, realmente a maioria do grupo.

Dessa pequena amostra de habitantes que sobreviveram à guerra de Canudos e de personagens que desempenharam relevante papel social e por isso são citados pelos

diferentes autores, infere-se que os habitantes de Canudos deveriam ser predominantemente mestiços, com uma grande frequência de indivíduos com características indígenas. Os brancos representavam um percentual significativo de 15,15% e havia uma presença negra, embora mais reduzida, de 4,95%.

Ilustrando mais o assunto, a *Tabela V* apresenta um levantamento mais detalhado das características de 40 pessoas que formaram o séquito do Conselheiro e desempenharam atividades de maior confiança e relevância em Canudos. Nesse grupo predominaram os brancos, principalmente os procedentes do Ceará, numa média de 25%. Levando-se em conta todos os mestiços, como os denominados moreno, caboclo, escuro, bronze e mulatos, registram-se outros 25% do grupo, enquanto 37,9% eram de pessoas com etnias não declaradas. Os negros, neste levantamento, eram em número bastante reduzido, somente duas pessoas, ou seja, 5%.

Essas conclusões, fruto de estudo acurado da documentação examinada, não pretenderam esgotar o assunto, mas, tão somente, iniciar a discussão sobre tão importante tema. Por não se tratar de um trabalho especializado na área da demografia, não pretenderam, também, dar respostas definitivas às grandes questões demográficas envolvidas na pesquisa.

Concluindo, pode-se afirmar que, a partir do conjunto de dados obtidos na pesquisa e da análise da proposta de vida acenada por Antônio Conselheiro, o sertanejo que se sentiu atraído pelo seu chamamento e permaneceu em Belo Monte procedia das áreas rurais ou pequenas vilas, e pertencia aos segmentos sociais mais carentes, cujos problemas políticos, sociais e econômicos

nas suas regiões de origem justificavam a migração. Segundo testemunho de Manuel Benício o “povo chegava em Canudos por devoção, curiosidade, moléstia e perseguição da justiça, ou particulares” (1899, p. 169) e certamente lá permanecia por encontrar condições que se ajustavam às suas expectativas ou conveniências.

Edmundo Muniz corrobora essas conclusões ao afirmar:

“(…) corriam para Canudos os descontentes, os que se julgavam inseguros: pequenos proprietários ameaçados pelos grandes, artesãos, vaqueiros, emigrantes, ex-escravos e numerosos camponeses inconformados com a pobreza e o desamparo”.

O Barão de Geremoabo, em matéria publicada no *Jornal da Bahia* de 4 e 5 de março de 1897, afirma que em Itapicuru

“(…) o trabalho nas fazendas estava desorganizado porque a maioria das famílias estava sempre pronta para seguir o Conselheiro, muitos pequenos proprietários também vendiam seus bens e deslocavam-se para Canudos”.

Até os índios de Mirandela são apontados pelo missivista como adeptos do Conselheiro. Esses segmentos sociais, sentindo-se marginalizados, sem perspectivas e vítimas de uma cruel exploração, viam em Belo Monte um reduto de promoção e resistência. Como quase nada possuíam em seus locais de origem, facilmente encontravam em Canudos liberdade, integração, motivações religiosas e sociais suficientes para retê-los e estimulá-los a resistir e lutar contra qualquer tipo de dominação externa.

TABELA I

POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA CONSIDERADA EM RELAÇÃO À ETNIA NOS MUNICÍPIOS SOB A INFLUÊNCIA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO (CENSO DE 1872)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO LIVRE								POPULAÇÃO ESCRAVA						
	Branco	%	Pardo	%	Preto	%	Total	%	Pardo	%	Preto	%	Total	%	Total
1 Conde	3.720	36,13	4.413	42,81	2.167	18,87	10.300	89,74	461	4,01	717	6,24	1.178	10,26	11.478
2 Inhambupe	5.172	23,94	12.303	56,95	1.465	6,78	18.940	87,67	858	3,97	1.805	8,35	2.663	12,32	21.603
3 Entre Rios	1.641	14,92	5.749	52,27	996	9,05	8.386	76,25	751	6,82	1.860	16,91	2.611	23,74	10.997
4 Alagoinhas	3.201	14,87	10.631	49,40	3.923	18,23	17.755	82,51	1.750	8,13	2.013	9,35	3.763	17,48	21.518
5 Itapicuru	4.186	27,52	5.095	33,49	4.777	31,40	14.058	92,43	466	3,06	686	4,51	1.152	7,57	15.210
6 Soure	2.040	35,70	2.430	42,52	859	15,03	5.329	93,27	156	2,75	229	4,00	358	6,73	5.714
7 Pombal	2.268	30,98	3.557	48,38	903	12,28	6.728	91,52	253	3,44	371	5,04	624	8,48	7.352
8 Tucano	2.116	29,39	4.020	55,84	298	4,14	6.434	89,39	233	3,23	531	7,37	764	10,61	7.198
9 Monte Santo	866	7,63	6.778	59,74	2.263	19,94	9.907	87,33	590	5,20	848	7,47	1.438	12,67	11.345
10 Geremoabo	8.935	24,29	18.327	49,82	8.062	21,91	35.324	96,04	597	1,62	863	2,34	1.460	3,96	36.784
TOTAIS	34.145	22,88	73.303	49,13	25.713	17,23	133.161	89,25	6.115	4,09	9.923	6,65	16.038	10,75	149.199

TABELA I-A POPULAÇÃO CONSIDERADA EM RELAÇÃO À ETNIA NOS MUNICÍPIOS SOB A INFLUÊNCIA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO (CENSO DE 1890)

	Municípios	Branços	%	Pretos	%	Caboclos	%	Mestiços	%	Total	
1	Conde	1.646	10,59	4.370	26,11	1.343	8,64	8.182	52,64	15.541	23.172
*	Abadia	823	10,78	2.693	35,29	26	0,34	4.089	53,58	7.631	
2	Inhambupe	6.360	22,95	4.180	15,08	980	3,53	16.186	58,42	27.706	24.442
3	Entre Rios	2.743	17,67	3.484	22,45	1.134	7,30	8.156	52,56	15.517	
4	Alagoinhas	4.993	18,45	6.603	24,40	1.966	7,26	13.491	49,86	27.053	51.521
5	Itapicuru	4.489	29,35	3.906	25,54	965	6,31	5.931	38,78	15.291	
*	Barracão	2.198	24,01	2.280	24,91	1.387	15,15	3.286	35,90	9.151	
6	Soure	2.764	31,79	915	10,59	324	3,72	4.689	53,94	8.692	24.442
7	Pombal	3.041	31,93	1.220	12,81	374	3,92	4.888	51,32	9.523	
8	Tucano	4.598	28,27	1.348	8,28	748	4,59	9.568	58,83	16.262	51.521
9	Monte Santo	3.309	21,02	1.579	10,03	1.417	9,00	9.435	59,94	15.740	
10	Geremoabo	1.888	18,60	2.390	23,54	424	4,17	5.448	53,67	10.150	51.521
*	S. A. Glória	3.395	21,95	2.155	13,93	1.270	8,21	8.644	55,89	15.464	
*	Bom Conselho	4.055	48,03	580	6,87	331	3,92	3.476	41,17	8.442	
*	Patrocínio-Coité	6.083	34,82	786	4,50	484	2,77	10.112	57,89	17.465	
TOTAL		52.385	23,85	38.489	17,52	13.173	5,99	115.581	52,62	219.628	

*Os municípios assinalados representam novas circunscrições administrativas que foram desmembrados das anteriores após o recenseamento de 1872. Naquela época Barracão, hoje denominado Rio Real, era uma paróquia de Itapicuru; Patrocínio do Coité, hoje Paripiranga, pertencia a Bom Conselho, da Comarca de Geremoabo; Santo Antônio da Glória também era paróquia de Geremoabo e Abadia, depois Jandaira, desligou-se do Conde.

TABELA II DIVISÃO ADMINISTRATIVA, JUDICIÁRIA E ELEITORAL DE ALGUMAS UNIDADES DA PROVÍNCIA DA BAHIA (1876)

COMARCAS	COLEGIO						POPULAÇÃO	ELEITORES P/PARÓQUIA
	TERMO MUNICIPAL	ELEITORAL	CIDADES	VILAS	PARÓQUIAS	POVOAÇÕES		
Inhambupe	Inhambupe	Inhambupe (52)	-	Inhambupe	Espirito Santo	Itapororocas	10.892	27
					Aporá	Beritingas	25	
						Varas Brancas	9.948	
	Entre Rios	Entre Rios (28)	-	Entre Rios	N. S. dos Praxeres	Conceição Cambuius Divina Pastora Sesmaria	11.384	28
Alagoinhas	Alagoinhas (54)	-	Alagoinhas	S. Antonio	N. S. da Guia	6.710	17	
				Jesus, Maria, José	Olhos D'Água	11.263	28	
				Araças		3.766	9	
Itapicuru	Itapicuru	Itapicuru (59)	-	Itapicuru	N. S. da Saúde da Missão		11.846	28
					Livramento do Barracão		6.259	16
	Soure		-	Soure	N. S. da Conceição		5.974	15
	Pombal	Pombal	-	Pombal	Sta. Thereza Amparo da Ribeira	Mirandela	3.690	9
						3.716	9	
Monte Santo	Tucano e Monte Santo	Monte Santo (48)	-	Tucano e Monte Santo	Santa Anna	Capela do Razzo	7.213	18
					Coração de Jesus		9.039	23
					Massacará		2.739	7
Geremoabo	Geremoabo	Geremoabo (45)	-	Geremoabo	S. João Batista		11.937	30
					N. S. da Glória	Taperá	6.024	15
	Bom Conselho	Bom Conselho (49)	-	Bom Conselho	Bom Conselho Patrocínio do Coité		7.004	17
						12.842	32	
Conde	Conde	Conde (43)	-	Conde	N. S. do Monte	Canavieiras Timbó Mangues Palame Baixios	11.762	29
	Abadia		-	Conde	N. S. da Abadia		5.589	14

OBS. Esta tabela, confeccionada a partir dos dados contidos no Mapa Estatístico da Divisão Administrativa, Judiciária e Eleitoral da Província da Bahia em 1876, apresenta pequenas variações quanto aos totais populacionais apresentados pelo censo de 1872, provavelmente devido a dados complementares obtidos ou à projeção estatística realizada.

TABELA III

ESTIMATIVA DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE CANUDOS DE 1893 A 1897

1890 (a)	1893 (b)	1895 (c)	1897 (d)	90/93		93/95		95/97	
				Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
250	1.250	5.000	25.000	1.000	400%	3.750	300%	21.000	420%

a) Informação obtida no livro Os Sertões. "Canudos, velha fazenda de gado à beira do Vazo-Barris, era, em 1890, uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique" (Cunha, 1984, p. 122).

b) Após o conflito de Masseté o grupo rebelde que dirigiu-se a Canudos "[...] naquela época não excediam duzentos homens" (Cunha, 1984, p. 120) se considerarmos as mulheres e crianças este número sobe para 3.000 pessoas.

c) Frei João Evangelista em seu relatório de 1895 afirma: "Antônio Conselheiro conta a seu serviço mais de mil companheiros decididos..." Se considerarmos que estes indivíduos não constituem toda a população de Canudos, e que atrás de cada um existe uma família de cerca de cinco membros, chegaremos ao total acima, reafirmado por Honório.

d) O Relato do Exército na época da destruição de Canudos diz: "Caiu um arraial... as casas, 5.200, cuidadosamente contadas" (Cunha, 1984, p. 407). Realizando-se a mesma projeção de cinco pessoas por família, infere-se o total explicitado.

TABELA IV

QUADRO GERAL DA ORIGEM E DA ETNIA DOS HABITANTES DE CANUDOS CITADO POR HISTORIADORES

Nº	ORIGEM	NÚMERO	%	MULATO	PRETO	ESCURO	CABOCLO	MORENO	BRANCO	DESCONHECIDO
1	Itapicuru	29	7,98	1	-	3	3	1	1	20
2	Monte Santo	16	4,40	1	-	-	4	-	1	10
3	Bom Conselho	10	2,75	-	-	-	-	-	1	9
4	Entre Rios	2	0,55	-	-	-	-	-	-	2
5	Pombal	9	2,47	-	-	-	1	1	-	7
6	Salvador	3	0,82	1	-	-	-	-	-	2
7	Inhambupe	13	3,50	-	1	1	4	-	1	6
8	Alagoinhas	12	3,30	1	6	1	-	-	1	3
9	Tucano	35	9,64	-	4	-	1	-	8	22
10	Geremoabo	3	0,82	-	-	-	1	-	-	2
11	Conde	5	1,37	2	1	-	-	-	-	2
12	Soure	30	8,26	2	1	1	4	1	2	19
13	Monte Alegre	1	0,27	-	-	-	-	-	-	1
14	Mundo Novo	1	0,27	-	-	-	-	-	1	-
15	Freguesia	3	0,82	-	-	-	-	-	-	3
16	Juazeiro	2	0,55	-	-	-	-	-	-	2
17	Sobrado	5	1,37	-	-	-	-	-	-	5
18	Timbozinho	1	0,27	-	-	-	-	-	-	1
19	Rio S. Francisco	3	0,82	-	-	-	-	-	-	3
20	Queimadas	2	0,55	-	-	-	-	2	-	-
21	Palmares	2	0,55	21	-	-	-	-	-	-
22	Lagoa do Tanque	1	0,27	-	-	-	1	-	-	-
23	Curacá	2	0,55	2	-	-	-	-	-	-
24	S. Romão	1	0,27	-	-	-	-	-	-	1
25	Pernambuco	1	0,27	-	1	-	-	-	-	-
26	Sergipe	18	4,95	-	-	-	1	-	5	12
27	Ceará	8	2,20	-	-	-	-	1	7	-
28	Desconhecidos	125	35,43	3	4	5	13	1	25	74
29	Várzea da Ema	1	0,27	-	-	-	1	-	-	-
30	Chorrochó	1	0,27	-	-	-	-	-	-	1
31	Canudos	17	4,68	-	-	1	2	-	2	12
32	Rodelas	1	0,27	-	-	-	1	-	-	-
TOTAL		363	100,00	15	18	12	37	7	55	219
TOTAL%				4,13	4,95	3,30	10,19	1,92	15,15	60,33

Estes dados referem-se ao conjunto de pessoas que foram citadas nominalmente ou biografadas por José Calasans nos seus diversos livros e nominadas pelos relatórios de sobreviventes e doentes, que após o conflito de Canudos foram citados pelo Presidente do Comitê Patriótico Lélio Piedade e pelo médico de Alagoinhas América Barreiro, nos seus relatórios.

TABELA V

QUADRO DE HABITANTES DE BELO MONTE CITADO POR JOSÉ CALASANS

A - BEATOS

Nº	NOME	ALCUNHA	POSTO OU PROFISSÃO	ETNIA	ORIGEM
1	Antônio Vicente Mendes Maciel	Antônio Conselheiro	Conselheiro	Moreno acaboclado	Ceará
2	Paulo José da Rosa	-	Beato	-	Soure (Natuba)
3	Antonio Beatinho	-	Beato	Moreno	-
4	Timóteo Bispo de Oliveira	Timotinho (Sineiro)	Beato (Sineiro)	-	Aporá
5	José Felix	-	Chaveiro e mordomo	Caboclo	Soure
6	José Beatinho	-	Beato	Branco	Ceará

B - ARTÍFICES

Nº	NOME	ALCUNHA	POSTO OU PROFISSÃO	ETNIA	ORIGEM
7	Manuel Faustino	-	Mestre de obras	-	Ceará
8	Ricardo	-	Pedreiro	Caboclo	-
9	Vitório	-	Pedreiro	-	-
10	-	-	Mestre carpina	Preto	Inhambupe

C - MULHERES

Nº	NOME	ALCUNHA	POSTO OU PROFISSÃO	ETNIA	ORIGEM
11	Benta	-	Parteira	Branca	Itapicuru
12	Izídra	-	Vendedora de doces	-	Aporá
13	Ana	-	Cozinheira do Conselheiro	-	-
14	Caridade	-	Parteira	-	Itapicuru
15	Tereza Jardelina de Alencar	Pimpona	-	Branca	Ceará
16	Antonia Jardelina de Alencar	-	-	Branca	Ceará
17	Maria Leandra dos Santos	-	-	Branca	Tucano
18	Maria Francisca de Vasconcelos	-	Professora	Morena	Soure
19	Marta Figueira	-	Professora	-	-

D - COMBATENTES

Nº	NOME	ALCUNHA	POSTO OU PROFISSÃO	ETNIA	ORIGEM
20	Antonio	Antonio Fogueteiro	Fogueteiro	Caboclo	-
21	João	João Grande	Chefe de piquete	Caboclo	Rodelas
22	-	Pajeú	Jagunço (ex-policia)	Negro	Riacho do Navio-Pe.
23	José Venâncio	-	Jagunço	-	São Romão
24	Pedro Nolasco de Oliveira	Pedraão	Jagunço	Caboclo	Vargem da Ema
25	Barnabé José de Carvalho	-	Jagunço	Branco	Bom Conselho
26	Antonio Marciano dos Santos	-	Jagunço	Branco	Riacho do Dantas-Se.
27	João Abade	-	Comandante de guarda	Mameluco	Tucano
28	-	Pajeú	Jagunço (ex-policia)	Negro	Riacho do Navio

E - NEGOCIANTES E PROPRIETÁRIOS

Nº	NOME	ALCUNHA	POSTO OU PROFISSÃO	ETNIA	ORIGEM
29	Antonio da Mota	-	Comerciante	-	Canudos
30	Antonio Francisco da Assunção	Antonio Vilanova	Comerciante	Branco	Assará-Ce.
31	Joaquim Macambira	-	Proprietário	Caboclo	Canudos
32	Norberto	Norberto das Baixas	Comerciante	Escuro	Bom Conselho
33	Honório da Assunção	Honório Vilanova	Ajudante de comércio	Branco	Assará-Ce.

F - OUTROS

Nº	NOME	ALCUNHA	POSTO OU PROFISSÃO	ETNIA	ORIGEM
34	Moreira	-	Professor	Branco	Soure
35	Leão Ramos da Silva	Leão de Natuba	Ajudante de comércio	-	Natuba (Soure)
36	Manoel Quadrado	-	Curandeiro e of. de couro	-	Chorochó
37	Jesuino Lima	Capitão Jagunço	Vendedor ambulante	-	Baixo S. Francisco
38	Manoel Ciriaco	-	Jagunço	-	Canudos
39	Agostinho	-	-	Bronze	-
40	Raimundo	Doutor	Jagunço	Mulato	-
41	Pedro da Assunção	Pedro Vilanova	Ajudante de comércio	Branco	Ceará

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 4ª ed. Rio de Janeiro. INL, Brasília - Livraria Editora Cátedra, 1979.
- ARAGÃO, Pedro Moniz de. "Canudos e os Monarquistas", in *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, V. 39, 1904.
- AMORIM, Deolindo. *Sertão do Meu Tempo*. 1920, s. n. t.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Expedições Militares contra Canudos: seu Aspecto Marcial*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1985.
- ARAS, José. *Sangue de Irmãos*. Canudos, s. n. t.
- ARAÚJO, Heitor. *Vinte Anos de Sertão*, s. n. t.
- ARIÉS, Philippe. "L'Histoire des Mentalités", in LE GOFF, Chartier e Revel (org.), *La Nouvelle Histoire*. Paris, Retz, C. E. P. L., 1978.
- ARINOS, Afonso. *Os Jagunços*. São Paulo, Aguiar, 1969.
- BARRETO, Dantas. *Última Expedição de Canudos*. Porto Alegre, Franco & Irmão, 1898.
- BASTOS, José Augusto Cabral. *A Guerra de Canudos e a Política da República*. Salvador, 1975.
- BELÉM, Arnios de. *História de Antônio Conselheiro: Campanha de Canudos Narração Completa*. Belém, Guajarina, 1940.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- BOUTHOU, Gaston. *Las Mentalidades*. Barcelona, Oikostau, 1971.
- BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*. Rio de Janeiro, Tipografia do *Jornal do Comércio* de Rodrigo e Cia., 1899.
- CALASANS, José. "Canudos: Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico", in *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 34, Salvador, jan. de 1987.
- . *No Tempo de Antônio Conselheiro*. Salvador, Livraria Progresso/Universidade Federal da Bahia.
- . *Quase Biografia de Jagunços*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1986.
- CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. São Paulo, Cultrix, 1975.
- . *Os Sertões*. 32ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1984.
- DANTAS, Paulo. *Antologia Euclidiana*. São Paulo, Pioneira, 1967.
- . *Capitão Jagunço*. 7ª ed. São Paulo, Ibrasa, 1987.
- DUBY, Georges. *L'Histoire et ses Methodes*. Paris, Gallimard, 1968.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1977.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Aspectos Econômicos do Episódio de Canudos*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1977.
- VARGAS LLOSA, Mário. *A Guerra do Fim do Mundo*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1983.
- MANGABEIRA, Francisco. *Tragédia Épica (Guerra de Canudos)*. Bahia, Imprensa Moderna, de Prudêncio de Carvalho, 1900.
- MARQUES, Nonato. *Santo Antônio das Queimadas*. Queimadas (BA), Comercial Gráfica Reunida, 1984.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. "O Ciclo do Gado Nordestino do Brasil: uma Cultura de Violência?", in *Revista de Ciência e Trópico*. Recife, julho/dezembro de 1979.
- MILTON, Aristides Augusto. *A Campanha de Canudos*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1979 (edição fac-similar).
- MUNIZ, Edmundo. *Canudos, a Guerra Social*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Elo, 1987.
- MONTE MARCIANO, João Evangelista do. *Relatório Apresentado ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro, 1895*. Salvador, 1987 (edição fac-similar).
- MONTENEGRO, Abelardo. *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza, Henriqueta Galeno, 1973.
- NERI, Antônio Constantino. *A Quarta Expedição Contra Canudos*. Pará, Tipografia Pinto Barbosa, 1898.
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. 2ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1978.
- NUNES, Favilla. *Guerra de Canudos: Narrativa Histórica*. Rio de Janeiro, Tipografia Moraes, 1898.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier de. "Reminiscências da Guerra de Canudos", in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 68, pp. 102-7, 1942; v. 69, pp. 149-81, 1943.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889/1934*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PIEPADE, Lellis. *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*. Salvador, Tip. Reis, 1901.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- RODRIGUES, Nina. *As Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro, Civilização, 1939.
- SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz et alii. *Canudos: Subsídios para a sua Reavaliação Histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa - Monteiro Aranha, 1986.
- SANTOS, João Feliciano dos. *João Abade*. Rio de Janeiro, Agir, 1958.
- SARA, Jota. *História de Antônio Conselheiro: a Guerra de Canudos, 1893-1898*. Feira de Santana (BA).
- SENA, Consuelo Pondé de. *Introdução ao Estudo de uma Comunidade do Agreste Baiano: Itapicuru*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.
- . *Portugueses e Africanos em Inhambupe*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1977.
- SOARES, Henrique Duque Estrada de Macedo. *A Guerra de Canudos*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985.
- TAVARES, Odório. *Bahia: Imagens da Terra e do Povo*. Salvador, José Olímpio Editora, 1951.
- VIANA FILHO, Luiz. *À Margem d' "Os Sertões"*. Salvador, Livraria Progresso, 1960.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- . *A Mentalidade Revolucionária*. Lisboa, Salamandra, 1987.
- WOLSEY, Cesar Zama. *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários sobre a Campanha de Canudos*. Salvador, Tipografia do *Diário da Bahia*, 1899.